

O dia-a-dia da paralisação

24-11 — Médicos fazem nova assembleia e decidem manter a greve radicalizando ainda mais o movimento. O Corpo de Bombeiros, que ajudou no transporte de pacientes para os hospitais do Plano Piloto, não conseguiu prestar socorro para dois homens, um do Paranoá e outro de Planaltina que morreram enfartados. O serviço da corporação triplicou nos últimos dias da greve.

25-11 — O juiz da 1^a Vara da Fazenda Pública, Luiz Antônio Cirino Mendes, determinou a suspensão imediata da greve dos médicos da rede pública sob pena de pagamento de multa diária de Cr\$ 100 milhões. Ele concedeu a liminar nos termos que foi requerido pela ação cível pública instaurada pelo promotor de justiça do Ministério Público do DF, Antônio Ezequiel Neto, contra o Sindicato dos Médicos.

25-11 — O governador Joaquim Roriz apresentou nova proposta aos sindicalistas. Ele propõe um reajuste linear de 20 por cento sobre as tabelas de vencimentos para o mês de dezembro (incidindo sobre os 68,5 por cento de reajuste em novembro); e ficou acertado que os dias parados terão

abono e não haverá punições administrativas.

27-10 — Dois mil setecentos e oitenta médicos da rede pública de saúde do DF decidem entrar em greve por tempo indeterminado. Os profissionais querem isonomia salarial com os servidores de nível superior da Câmara Legislativa. O salário inicial de um assessor técnico legislativo local é de Cr\$ 11 milhões e 300 mil, enquanto que os médicos recebiam uma retribuição mensal inicial de Cr\$ 2 milhões setecentos e oitenta e quatro mil.

29-10 — O governador Joaquim Roriz apresenta uma proposta para o ministro da Saúde Jamil Haddad que fala sobre a criação de um Fundo Brasília dentro do Orçamento Geral da União. No seu entendimento, ele poderia solucionar definitivamente a questão de escassez de recursos para custeio e investimento nas áreas da Educação e da Saúde.

16-11 — Os juízes do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) consideraram abusiva a greve dos médicos. O relator do processo, Miguel Setembriño, disse que o sindicato da categoria não comunicou com 72 horas de antecedência à Fundação Hospitalar a de-

flagração do movimento.

17-11 — Os médicos da Fundação Hospitalar recusaram a proposta apresentada pelo GDF e aprovaram a radicalização da greve com o fechamento de novas unidades hospitalares.

18-11 — Com a expansão da greve para os pronto-socorros do Hospital Regional de Taguatinga (HRT) e consequente sobrecarga no Hospital de Base (HBDF), o governador Joaquim Roriz responsabilizou o Sindicato dos Médicos por quaisquer dados, inclusive mortes que possam ocorrer em virtude da greve da categoria.

19-11 — O Sindicato dos Médicos entregou ao secretário da Saúde, Jofran Frejat, uma contraproposta salarial. Pela tabela apresentada, o menor salário seria de Cr\$ 7 milhões 823 mil e o maior de Cr\$ 16 milhões 733 mil. A categoria aceita o pedido de trégua de 48 horas proposto pelo governo.

22-11 — A dona-de-casa Maria Grasiela Pereira Dias, de 35 anos, morreu às 9h10min na rodoviária do Gama. Pouco antes do falecimento, ela e o marido, o caseiro Adailton Julião Neto, deixaram de entrar no Hospital Regional do Gama (HRG) achando que não iriam ser atendidos.